

CUIDADORES E INCLUSÃO DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO/ES

Paulo Roberto Bellotti Vargas¹

Eixo Temático 4: Atendimento Educacional Especializado

RESUMO

Objetiva promover ações com a Secretaria Municipal de Educação de Castelo/ES para tensionar os modos como os cuidadores vem sendo incorporados às redes de apoio em Educação Especial e as implicações de tal política nos processos de ensino-aprendizagem. Delineia como objetivos específicos: a) compreender a política educacional de Castelo/ES, destacando as direcionadas à Educação Especial, visando compreender princípios, pressupostos teóricos, escolas com matrículas de alunos apoiados pela modalidade, redes de apoio, quantitativo de estudantes, diretrizes para a oferta do atendimento educacional especializado e orientações normativas utilizadas para incorporação dos cuidadores nas redes de apoio no processo de escolarização dos estudantes; b) lançar escuta sensível para as narrativas dos profissionais da Secretaria de Educação sobre as políticas de Educação Especial, com suas possibilidades e desafios, bem como os modos como os cuidadores são incorporados às redes de apoio; c) problematizar como os cuidadores são assumidos pelas unidades de ensino para se compreender os impactos trazidos pela contratação desses profissionais nos trabalhos pedagógicos realizados com os estudantes público-alvo da educação especial; d) compor com a Secretaria de Educação de Castelo um documento norteador que venha contribuir para novos/outros modos de incorporação dos cuidadores nas redes de apoio, fortalecendo a contratação de professores especializados e os cuidadores com as funções elencadas pela legislação vigente. Recorre às contribuições teóricas de Boaventura de Souza Santos (2006, 2007), autores da Educação Especial como Kassir e Rabelo (2011); Baptista (2011), dentre outros, tornando possível a fundamentação da pesquisa. Recorre à pesquisa-ação-colaborativa-crítica, envolvendo uma abordagem qualitativa. Para coleta de dados, utiliza-se a análise documental, a realização de roda de conversa e grupos focais. Como resultados, construímos uma formação para a equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação, a Educação Especial e produziremos um documento que possa contribuir para viabilizar o trabalho da rede de apoio.

Palavras-chaves: Educação Especial. Cuidadores. Formação.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação - Universidade Federal do Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

A pesquisa (em andamento) busca constituir análises dos impactos da ação dos cuidadores na escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Castelo ES, ou seja, profissionais que, de acordo com as normativas educacionais vigentes, devem apoiar esses alunos nas atividades de alimentação, higienização e locomoção, no entanto, em muitos contextos educacionais, assumidos como apoio pedagógico. O estudo se realiza em Castelo, uma cidade localizada ao sul do Espírito Santo, com população de 37.582 habitantes, ficando a 146 km da Capital Vitória. A rede Municipal de Castelo /ES possui 04 (quatro) escolas de Ensino Infantil, uma de Ensino Infantil conveniada, 16 (dezesesseis) de Ensino Infantil e Fundamental e uma somente de Ensino Fundamental, tendo um total de 1.333 (mil trezentos e trinta e três) alunos de Educação Infantil e 3.715 (três mil setecentos e quinze) alunos do Ensino Fundamental.

Nessas escolas, segundo o censo escolar de 2018, possuem 116 (cento e dezesseis) alunos público-alvo da Educação Especial e 31 (trinta e um) cuidadores. Destaca-se, apenas, a existência de 06 (seis) professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), situação que desperta nosso interesse pela investigação, pois se levamos em consideração o número de alunos e o de professores especializados, percebemos, a supressão da contratação desses profissionais, por cuidadores.

Os cuidadores para atuação na Rede Municipal de Educação de Castelo/ES devem possuir formação em Ensino Médio, e, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, deveriam apoiar os alunos nas seguintes demandas: “[...] monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (BRASIL, 2008, p. 10).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial nº. 9.394/96 promulga a necessidade de os sistemas de ensino comporem redes de apoio à escolarização desses alunos, sinalizando que a parte pedagógica deva ser mediada por professores capacitados e docentes especializados, abrindo, caminhos para que outros profissionais sejam inseridos nas redes de apoio, visando contemplar outras demandas trazidas por esses alunos para o contexto escolar.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. No inciso^{1º} cita: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996. p. 25).

As redes de apoio pedagógicas devem levar em consideração a inclusão dos alunos nas classes comuns e o atendimento às especificidades de aprendizagem. Diante disso, emerge a oferta do atendimento educacional especializado que, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva de 2008, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutiva à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008). Para tanto, emerge que os sistemas de ensino tenham em seus quadros docentes profissionais da Educação com formação adequada para o atendimento às demandas de aprendizagem dos alunos, tendo como base o currículo escolar.

Na rede municipal de Castelo /ES, no que se refere a esses serviços, há um

processo seletivo simplificado com a nomenclatura de Assistente de Serviços Gerais/ Cuidador. Como podemos perceber, não se trata da contratação de professores, mas de outros profissionais sem formação compatível com as questões pedagógicas. Este processo de contratação iniciou-se em 2011, e, no ano de 2019, foram disponibilizadas 20 vagas. Para o acesso a essa função, o candidato deve ter no mínimo 18 anos e com o Ensino Médio concluído. Com essa formação, esse profissional deverá apoiar, também no campo pedagógico, os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ação que deveria ser assumida por professores especializados em ações de colaboração com os denominados capacitados (regentes de classe comum).

Ao analisarmos a funções a serem desempenhadas pelos Assistente de Serviços Gerais/ Cuidador, deparamo-nos com o Edital elaborado pela Prefeitura Municipal de Castelo/ES para contratação desses profissionais para o ano letivo de 2019. Segundo o documento, cabe a esses sujeitos:

[...] realizar curativos simples e de emergência, utilizando noções de primeiros socorros ou observando prescrições estabelecidas, bem como ministrar, de acordo com a prescrição médica, remédios e tratamentos que não exijam conhecimentos especializados; Promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras ações, relacionadas aos serviços de educação infantil e especial; confeccionar materiais destinados à recreação e decoração do local de trabalho; colaborar e participar de festas, eventos comemorativos, atividades lúdicas das crianças, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nas creches no Município; **dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar**; executar tarefas de apoio e administrativas sempre que solicitado pela direção da escola (CASTELO, 2019, p.1, grifos nossos).

Podemos perceber que esses profissionais têm muitas funções. Além das especificadas na legislação, podemos constatar a assunção das atividades de caráter pedagógico. Quando adentramos o ambiente escolar, especialmente da sala de aula, percebemos que os cuidadores – que deveriam auxiliar na alimentação, higiene e locomoção dos alunos público-alvo da educação

especial –, muitas vezes, têm assumido atribuições docentes, tarefa para qual não possuem formação.

Diante dessa problemática, o presente estudo (em andamento) busca tensionar o seguinte questionamento: ***que ações podem ser realizadas com a Secretaria Municipal de Educação de Castelo/ES para problematizar os modos como os cuidadores vem sendo incorporados às redes de apoio em Educação Especial e as implicações dessa incorporação nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes nas escolas comuns?***

Apoiado em Santos (2006), temos uma pergunta forte que necessita de respostas potentes para que possamos contribuir para o processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns. Como dito, segundo a LDB nº 9394/96, inciso III, cabe às redes de ensino, contratar professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Isso não exime a compreensão de que para além das questões pedagógicas, alguns estudantes necessitam de outros auxílios, emergindo a necessidade dos cuidadores. Isso não significa que eles devam substituir a contratação de professores, promovendo, com isso, enfraquecimento nas questões pedagógicas e a precarização da Educação Especial.

Diante do exposto, a dissertação de mestrado (em construção) objetiva ***constituir momentos de formação com profissionais que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Castelo/ES para tensionar os modos como os cuidadores vem sendo incorporados às redes de apoio à escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial e as implicações dessa incorporação nos processos de ensino-aprendizagem desses estudantes nas escolas comuns.***

Para tanto, foram delimitados como objetivos específicos:

a) compreender a política educacional de Castelo/ES, destacando as direcionadas à Educação Especial, visando compreender princípios, pressupostos teóricos, escolas com matrículas de alunos apoiados pela modalidade, redes de apoio, quantitativo de estudantes, diretrizes para a oferta do atendimento educacional especializado e orientações normativas utilizadas para incorporação dos cuidadores nas redes de apoio aos no processo de escolarização dos estudantes;

b) lançar processos de escuta sensível para as narrativas produzidas pelos profissionais em atuação na Secretaria de Educação sobre as políticas de Educação Especial implementadas, com suas possibilidades e desafios, bem como os modos como os cuidadores são incorporados às redes de apoio.

c) problematizar os modos como os cuidadores são assumidos pelas unidades de ensino com a equipe de gestão da Secretaria Municipal de Educação de Castelo para se compreender os impactos trazidos pela contratação desses profissionais nos trabalhos pedagógicos realizados com os estudantes público-alvo da educação especial.

d) compor com a Secretaria de Educação de Castelo um documento norteador que venha contribuir para novos/outros modos de incorporação dos cuidadores nas redes de apoio, fortalecendo a contratação de professores especializados para apoio pedagógico e os cuidadores com as funções elencadas pela legislação vigente.

Outros estudos de mestrado e de doutorado, elaborados em várias regiões do País, (MARTINS 2009; CARVALHO 2016; BURCHERT 2018) chamam a atenção para o fato de os cuidadores serem assumidos como uma política complexa, pois há de se reconhecer que alguns alunos demandam de apoios na alimentação, higienização e locomoção, mas também há de se enfrentar o desafio de não os fazer suprimir a contratação de professores especializados.

Em muitos cenários, traz o barateamento da Educação e a precarização das redes de apoio aos alunos, além de encaminhar um profissional sem formação adequada para apoio a alunos que trazem demandas específicas de aprendizagem que ainda desafiam as unidades de ensino. A produção do conhecimento sobre a temática também chama a atenção para conflitos trabalhistas, pois muitos cuidadores acabam ingressando em Cursos de Licenciatura, sendo direcionados, no dia a dia das escolas, para apoios pedagógicos, mas com remuneração compatível ao cargo de Cuidador (Ensino Médio).

Esses estudos assumem a importância da contratação dos professores especializados e dos cuidadores como integrantes dessa engrenagem, mas com suas funções delineadas. Por isso, explicitam a preocupação quando os cuidadores assumem a função pedagógica, pois além de não ter fundamentação legal, ele não acumula preparação adequada para a atividade. Com isso, acontece a substituição de funções, o barateamento e, conseqüentemente, a precarização da educação ofertada ao aluno da Educação Especial.

Para tensionar os modos como os cuidadores vem sendo incorporados nas redes de apoio em Educação Especial, aproximamo-nos, também, dos conceitos do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2007). Segundo esse autor, o conhecimento moderno é nutrido por uma epistemologia monocultural, denominada razão indolente. Essa racionalidade coloca o saber científico como o único saber válido, eliminando vários outros conhecimentos construídos socialmente. No caso das unidades de ensino, essa racionalidade define os conhecimentos a serem incorporados nos currículos escolares, eliminando aqueles que não representam ou respondem aos anseios dos grupos hegemônicos.

Os saberes dos alunos pertencentes aos grupos hegemônicos são definidos

como ideais, já que para a razão indolente são eles que importam à escola. Os demais saberes, como os dos alunos público-alvo da Educação Especial, são invisibilizados, tidos como descartáveis. O principal objetivo da razão indolente é a manutenção do status dos grupos hegemônicos detentores do capital intelectual e financeiro.

A razão indolente cria linhas abissais que dividem o mundo em duas partes. De um lado, a parte visível, aloja todas as pessoas que estão dentro de um padrão estabelecidos pela sociedade. Do outro lado, estão todos que não tem o seu conhecimento validado por esse grupo hegemônico. Evidentemente, não precisaremos de muito esforço para compreender de que lado da linha estará os alunos público-alvo da Educação Especial, bem como suas demandas de aprendizagens e seus conhecimentos. Para abalar essa linha abissal e visibilizar esses alunos, necessitamos que o procedimento pedagógico seja feito por profissionais com formação (professores regentes, da educação especial e pedagogos) e que seja apoiado por uma rede, em que se insere o cuidador, para auxiliar esses alunos em necessidades de locomoção, higienização e alimentação.

O caminho teórico-metodológico para a realização do estudo

A pesquisa é fundamental na construção do conhecimento, porque “[...] o questionamento sistemático supõe sempre elaboração acurada, construção e reconstrução de conceitos, de teorias e práticas, colaboração alternativa persistente, envolvimento concreto e, por fim, a respectiva prática” (DEMO, 1994, p.24).

Para que essa construção se efetive, é imperativa a escolha de um método que potencialize essa construção. Diante disso, optamos por um método menos técnico e mais epistemológico, portanto, o presente estudo se fundamenta nos pressupostos da pesquisa qualitativa, pois os dados serão apresentados por meio de ações, falas, pensamentos e atitudes. Como método, apoia-se na

pesquisa-ação-colaborativa-crítica que associa a pesquisa e a ação, visando objetivos de mudança, compreensão das práticas, resolução de problemas e aquisição de conhecimentos para uma melhoria da situação proposta pelo coletivo (LAVOIE; MARQUIS; LAURIN, 1996).

Para Barbier (2004), a pesquisa-ação possibilita que o pesquisador intervenha dentro de uma problemática social, analisando-a e anunciando seu objetivo de forma a mobilizar os participantes, construindo novos saberes. O estudo se organiza em quatro momentos correlacionados. O **primeiro**, já realizado, foi o cumprimento de protocolos para a realização da investigação. Esse momento se deu a partir do envio de um ofício à Secretaria Municipal de Educação de Castelo/ES, juntamente com o projeto de pesquisa, para ser apreciado. Em reunião com a equipe gestora, apresentamos o projeto à equipe responsável pela Educação Especial, debatemos e discutimos proposição.

Autorizada a pesquisa, iniciamos a **segunda** fase que se realizou por meio de levantamento documental visando compreender a política de Educação e de Educação Especial implementada pela rede municipal de Castelo/ES. Para tanto buscamos compor um levantamento de dados referentes: a) número de escolas, matrículas e profissionais na Educação Infantil e no Fundamental; b) número de estudantes público-alvo da educação especial matriculados nesses níveis de ensino e as condições desses estudantes; c) as diretrizes curriculares; d) as políticas de formação continuada em Educação Especial; e) as redes de apoio à escolarização dos alunos; e) as diretrizes para a contratação de cuidadores.

Após esse levantamento, propusemos uma Roda de Conversa, com a equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação do Município de Castelo e responsáveis pela Educação Especial, **terceira** fase do estudo. Essa estratégia é um espaço criado para o diálogo, visando escutar o outro e a si mesmo. Laurindo (2003) vê a roda de conversa como um espaço de definição coletiva das possibilidades do trabalho e da sua sequência. Trata-se de um espaço

para estabelecer compromissos e de convívio coletivo organizado de forma democrática. Por meio da Roda de Conversa, pudemos, com a fala, com a escuta e com o diálogo, entender como a Educação Especial do município se organiza.

Desse diálogo, saiu a proposta da realização de grupos focais com profissionais da Educação da Rede de Ensino de Castelo/ES, **quarta fase do estudo**. Os grupos focais podem ser compreendidos como coletivos de pessoas que debatem e produzem dados qualitativos, permitindo um maior entendimento da realidade. São utilizados “[...] quando se quer compreender diferenças e divergências, contraposições e contradições [...]” (GATTI, 2005, p. 10). No caso deste estudo, o grupo focal tem como objetivo conhecer o grupo de gestores da educação especial de Castelo/ES, compreender suas necessidades e potencialidades e as implicações dos cuidadores nas redes de apoio em Educação Especial, tirando, desse momento, a elaboração de um material informativo sobre as redes de apoio em Educação Especial, com discussões sobre a função dos professores especializados em Educação Especial e dos cuidadores no processo.

A etapa do grupo focal foi desenvolvida na sede da Secretaria Municipal de Castelo/ES, em setembro de 2019, constituindo-se um momento muito rico e de extrema importância para a pesquisa. O grupo focal vivido com os gestores da secretaria e a equipe responsável pela educação especial, acabou por se constituir em potente proposta de formação continuada para aprofundamento teórico-práticos das políticas de Educação Especial.

Os diálogos produzidos nos grupos focais aconteceram nos meses de novembro e dezembro de 2019 e neles buscou-se aprofundar os conhecimentos do grupo envolvido, numa relação teoria e prática, sobre os pressupostos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, bem como as implicações das redes de apoio e em especial dos cuidadores no processo de escolarização dos estudantes. Como instrumento para registro de dados,

opta-se pela gravação do grupo focal e das formações e o uso do diário de campo

Resultados e discussões

A pesquisa está em andamento, mas, os resultados preliminares apontam para importância de se investir em momentos de formação para a equipe gestora da Secretaria Municipal de Castelo/ES, conseqüentemente, da Equipe de Educação Especial se coloca uma ação necessária para um aprofundamento dos conhecimentos sobre as políticas de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

Esses profissionais poderão de posse dessas discussões compor políticas que se movam em apoio aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns, fortalecendo as redes de apoio necessárias, com profissionais que possuem suas funções delimitadas, lógico, sempre articulada. Como diz Santos (2006), o desafio que se coloca para a modernidade é buscar um pensamento alternativo para uso contra-hegemônico das alternativas que temos, portanto, há de se pensar em como articular os profissionais que atuam no âmbito da Educação Especial de modo tal que essa rede venha ser ampliada e não simplificada em profissionais e/ou funções visando o barateamento das políticas implementadas para a modalidade de ensino.

No que se refere a essas redes de apoio, os dados do estudo têm apontado a importância de se combater a indolência do pensamento moderno (SANTOS, 2006) mediante a constituição das redes de apoio à escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial. Lidamos com estudantes que trazem demandas específicas para as unidades de ensino, tanto as de caráter pedagógico, quanto de outra natureza. Assim, cabe pensar que a legislação educacional brasileira garante aos alunos apoios pedagógicos com

profissionais com formação adequada para a função. Esses alunos têm direito a professores em sala de aula com certificação que os habilita para a docência na Educação Básica, bem como docentes especializados para apoio aos alunos em suas várias condições, sejam elas intelectuais, físicas ou sensoriais, sem nos esquecer daqueles que trazem altas habilidades/superdotação.

Não podemos desmerecer que temos a matrícula de alunos com comprometimentos que demandam apoios na área da alimentação, locomoção e higienização. É para esses alunos que se constituem as redes de apoio configuradas nos cuidadores. Os processos de inclusão desses alunos trazem essa demanda, no entanto, ela jamais pode ser significada como substituição dos apoios pedagógicos, nem mesmo utilizá-las como um modo de enfraquecer os apoios que os alunos precisam, nem mesmo baratear os custos em Educação Especial.

Como afirma a Constituição Federal de 1988, a Educação é um direito público e subjetivo, sendo garantido, aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a oferta do atendimento educacional especializado, conseqüentemente as redes de apoio necessárias para que o direito de acesso ao currículo comum seja garantido, sem perder de vista as especificidades de aprendizagem dos alunos.

Diante desse cenário, a presente pesquisa assume a importância de ampliar os saberes-fazeres dos gestores que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Castelo/ES, tendo em vista a importância desse grupo no processo de implementação de políticas públicas educacionais visando o direito à Educação de todos, sempre numa relação dialógica com as unidades de ensino. Como se trata de um Mestrado Profissional em Educação, da dissertação, emerge um produto educacional que visa sistematizar com essa equipe/escolas um documento norteador para a Educação Especial do município de Castelo/ES, considerando a necessidade de maior articulação dos profissionais que compõem as redes de apoio.

Considerações Finais

Diante das observações preliminares da pesquisa, vem sendo possível perceber a importância de processos de formação com a equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação de Castelo/ES para a constituição de políticas de Educação Especial que assumam a Educação como direito de todos e redes de apoio que efetivamente resguardem esse direito.

Na lógica de Santos (2007) significa abalar as linhas abissais que lançam para um lado invisível das políticas educacionais o direito à Educação para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Investir na formação desses profissionais e modos alternativos para implementação das redes de apoio significa dar visibilidade aos alunos público-alvo da educação especial e seus direitos à inclusão.

O estudo aponta que os cuidadores são importantes, mas que não devem suprimir as ações dos professores especializados em Educação Especial, tendo em vista existir a necessidade do cuidar, mas atrelada ao direito de aprender. Diante disso, há de se investir em ações que priorizem a formação de redes de apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial, por sua vez composta por diversos profissionais: professores regentes, professores de Educação Especial, pedagogos e cuidadores, dentre outros, sem substituição de funções, sem o barateamento e, conseqüentemente, a precarização da educação ofertada aos alunos público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade de serviços especializados. **Revista Brasileira de**

Educação Especial, Marília, v. 17, n. 1, mai./ago. 2011.

_____. **Ação pedagógica e Educação Especial: Para além do AEE**. Serra-ES, 2011.

BARBIER, Renné. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> . Acesso em: 26 mar. 2020.

BURCHERT, Amanda. **O Profissional De Apoio No Processo De Inclusão De Aluno Público Alvo Da Educação Especial No Ensino Fundamental**.2018. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas.

CARVALHO, Agda Malheiro Ferraz de. **Atuação Profissional Do Agente De Inclusão Escolar**:um estudo sobre os sentidos e significados de um deles.2016. Dissertação (Mestrado)- Programa De Estudos Pós Graduados em Educação: Psicologia em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo

CASTELO, Secretaria Municipal De Educação. **Processo Seletivo Simplificado**, Edital N.05 De 25 De Outubro de 2018. Disponível em castelo.es.gov.br. Acesso em :23 Dez 2019

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Libero Editora, 2005.

KASSAR, M.C.M. e REBELO, A.S. **O 'ESPECIAL' NA EDUCAÇÃO, O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Serra – ES, 2011.

LAURINDO, Tânia Regina. **A educação pelo outro**: Lorelai, uma experiência de inclusão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, [s.n], 2003.

LAVOIE, Louisett; Marquis; Danielle; Laurin Paul. *La Recherche Action; Théorie et pratique*: Manuel Dauto for Metion. Québec: Press de l'Univeversité du Québec, 1996

MARTINS, Silvia Maria. **O Profissional de Apoio Na Rede Regular De Ensino**: A precarização do Trabalho com A Educação Especial. 2011, Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

